

1 2 AVALIAÇÃO E PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

2 A avaliação é um processo inerente ao desenvolvimento contínuo das instituições.
3 Nesse sentido, a avaliação não se deve restringir apenas a uma coleta de dados, mas deve
4 constituir-se em um dos processos dos quais a Universidade dispõe para analisar e planejar
5 e/ou reorganizar ações, na medida em que subsidia intervenções a partir dos resultados
6 obtidos.

7 Assim, a avaliação é projeto, processo, implantação de ações e análise de seus
8 resultados. Esse conjunto de procedimentos avaliativos sempre está vinculado à tomada de
9 decisões. Esse é o caráter político-pedagógico da avaliação: emitir juízos de valor sobre a
10 instituição, seus projetos e processos.

11

12 2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

13 A Lei nº 10.861 de 14 de Abril de 2004, estabelece o SINAES, constituído com o
14 objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior,
15 dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem por
16 finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua
17 oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social
18 e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades
19 sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública,
20 da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação
21 da autonomia e da identidade institucional.

22 O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos
23 estudantes, deverá assegurar:

- 24 a) a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e
25 integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades,
26 finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e
27 de seus cursos;
- 28 b) o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos
29 avaliativos;
- 30 c) o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;

31 d) participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das
32 instituições de educação superior e da sociedade civil, por meio de suas
33 representações.

34

35 Para a avaliação das instituições, são utilizados procedimentos e instrumentos
36 diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. Os resultados da
37 avaliação constituem o referencial básico dos processos de regulação e supervisão da
38 educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento
39 de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de
40 reconhecimento de cursos de graduação.

41

42 2.1.1 Avaliação institucional interna: autoavaliação

43 A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com
44 base nos princípios e indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades
45 Brasileiras (PAIUB). A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida
46 pela Comissão de Avaliação Institucional (COMAVI), constituída por um grupo de
47 professores de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme
48 Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e
49 sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos
50 serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito
51 nacional, a Instituição resolveu, em 2005, integrar-se ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se
52 percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação
53 desejado e o proposto em âmbito nacional.

54 O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as
55 atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização
56 e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. As CPA devem ser constituídas por ato
57 do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade
58 universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e
59 demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação. Seguindo essa orientação, a
60 FURB, por meio da Resolução nº 14/2005, complementada pela Resolução nº 20/2005,
61 reformulou o Programa de Avaliação Institucional da Universidade Regional de Blumenau
62 (PAIURB) e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros,
63 representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

64 Mais recentemente, a Resolução nº 25/2015, de 30 de julho de 2015, alterou a redação
 65 dos artigos 8 e 9 da Resolução nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da
 66 comissão, passando a ser constituída de 06 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do
 67 setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) membro representante do corpo
 68 docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) membro representante dos servidores técnico-
 69 administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo Diretório
 70 Central dos Estudantes (DCE); 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01
 71 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O
 72 mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

73 Desde a institucionalização do processo de autoavaliação na FURB com base no
 74 SINAES, a CPA publicou quatro relatórios de autoavaliação (referentes aos períodos de 2001-
 75 2005, 2006-2008, 2009-2011 e, o último, 2012-2014) e três outros relatórios parciais,
 76 denominados *Balanço Crítico*, referentes aos três primeiros processos autoavaliativos. Nesse
 77 sentido, os resultados obtidos são resumidos na Tabela 1:

78
 79

Tabela 1 – Conceitos da Autoavaliação da FURB: 2001-2014

DIMENSÕES DO SINAES	2001-2005	2006-2008	2009-2011	2012-2014
1 – Missão e PDI.	3,44	3,75	2,95	4,19
2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-Graduação.	3,38	3,95	3,25	3,91
3 – A responsabilidade social.	4,00	3,89	3,80	3,92
4 – A comunicação com a sociedade.	3,71	3,46	3,18	4,05
5 – Políticas de Pessoal, Carreira do Corpo Docente e Técnico-Administrativo.	3,72	3,77	3,50	4,11
6 – Organização e gestão da FURB, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária nos processos decisórios.	3,83	4,16	3,73	4,55
7 – Infraestrutura física, de biblioteca e de TIC.	3,88	3,82	3,27	3,56
8 – Planejamento e avaliação.	3,45	4,00	3,57	4,24
9 – Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos.	4,00	3,84	3,00	3,85
10 – Sustentabilidade financeira.	3,85	4,07	3,40	3,54
RESULTADO GERAL¹	3,63	3,87	3,35	3,94

80 Fonte: Relato Institucional 2016, organizado pela CPA.

81

82 Cabe ressaltar que a FURB utilizou nos processos de autoavaliação 2001-2005 e 2006-
 83 2008 os indicadores estabelecidos no instrumento denominado de Avaliação Institucional para
 84 as IES do Sistema ACADE, elaborado pelo Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da ACADE,
 85 em 2005. No terceiro processo, referente a 2009-2011, com o intuito de qualificar o trabalho

¹ Nos processos referentes aos períodos 2001-2005, 2006-2008 e 2009-2011, o Resultado Geral foi calculado a partir de uma média aritmética. No processo 2012-2014, a CPA aplicou a média ponderada, ou seja, com os pesos por Eixos, conforme o Instrumento de Avaliação do SINAES.

86 de avaliação, a CPA revisou os indicadores de desempenho que vinha utilizando, alinhando-
87 os com aqueles utilizados pelas comissões de avaliação externa (MEC), permitindo uma visão
88 mais detalhada da realidade da Universidade. Assim, além do diagnóstico institucional, outro
89 resultado significativo obtido pela CPA, em 2013, foi a consolidação de um instrumento
90 próprio de autoavaliação.

91 Em agosto de 2014, o MEC publicou o novo instrumento de avaliação institucional
92 externa, o qual subsidia os atos de credenciamento, credenciamento e transformação da
93 organização acadêmica das IES. Por isso, em 2015, a CPA revisou seu instrumento de
94 autoavaliação e organizou as dez dimensões do SINAES em cinco eixos, contemplando o
95 estabelecido pela Nota Técnica INEP/ DAES/ CONAES nº 065/2014, de 09 de outubro de
96 2014. A CPA elaborou, ainda, o Relato Institucional, conforme
97 a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 062/2014.

98 As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de
99 autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

100

101 2.1.2 Avaliação Institucional Externa

102 A avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação
103 superior expressos nos instrumentos de avaliação do MEC e nos relatórios da autoavaliação,
104 elaborados pela CPA. Em 2010, a FURB recebeu a visita *in loco* da Comissão Verificadora
105 para a primeira avaliação institucional externa com base nos critérios do SINAES, visando à
106 renovação de seu credenciamento como Universidade. Por fim, o CEE/SC aprovou a
107 continuidade do enquadramento da FURB na categoria de Universidade, pelo prazo de 5
108 (cinco) anos. Findado esse prazo, a Universidade aguarda um novo processo de avaliação
109 externa, visando seu credenciamento nesta categoria.

110 Os conceitos da Avaliação Externa da FURB de 2010 estão evidenciados na Tabela 2.

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123 Tabela 2 – Conceitos da Avaliação Externa da FURB: 2010

DIMENSÕES DO SINAES	2010
1 – Missão e PDI	3,50
2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-Graduação	4,00
3 – A responsabilidade social	4,75
4 – A comunicação com a sociedade	4,00
5 – Políticas de Pessoal, Carreira do Corpo Docente e Técnico-Administrativo	3,33
6 – Organização e gestão da FURB, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária nos processos decisórios	4,50
7 – Infraestrutura física, de biblioteca e de TIC	4,20
8 – Planejamento e avaliação	4,33
9 – Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos	4,00
10 – Sustentabilidade financeira	3,67
RESULTADO GERAL	3,92

124 Fonte: organizado pela COPERA-PDI.

125

126

127 2.1.3 Avaliação dos Cursos de Graduação

128 A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de
129 ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às
130 instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Essa avaliação, utilizando
131 procedimentos e instrumento específico, dentre os quais obrigatoriamente as visitas *in loco*
132 por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, resultam na atribuição
133 de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

134

135

136 2.1.3.1 Conceito do Curso (CC)

137 O CC é o conceito obtido na verificação *in loco* realizada por Comissão Avaliadora
138 designada pelo Conselho Estadual de Educação, com a finalidade de regulação/supervisão. O
139 CEE/SC dá legalidade, validade e legitimidade aos cursos, através da publicação de atos ou
140 decretos de reconhecimento ou de renovação do reconhecimento. A periodicidade acompanha
141 o ciclo avaliativo do SINAES.

142

143

144

145 2.1.3.2 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

146 O CPC é um conceito atribuído pelo MEC e publicado anualmente, calculado para
147 cada curso avaliado nas áreas contempladas na avaliação do Exame Nacional de Desempenho
148 de Estudantes (ENADE). É a média ponderada de diversas medidas relativas à qualidade de
149 um curso, considerando a nota dos concluintes e dos ingressantes no ENADE, o Indicador de
150 Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) no ENADE, a qualidade do
151 corpo docente, a infraestrutura e a organização didático-pedagógica. O CPC constitui
152 elemento de referência nos processos de avaliação, para subsidiar a renovação de
153 reconhecimento dos cursos de graduação.

154

155 2.1.3.3 ENADE

156 A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada
157 mediante aplicação do ENADE, que afere a apropriação, por parte dos estudantes, dos
158 conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de
159 graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do
160 conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico
161 de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

162 O ENADE é aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação,
163 no último ano de curso, cuja aplicação vem acompanhada de instrumento destinado a levantar
164 o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados: o questionário
165 socioeconômico. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação,
166 sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a
167 essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial
168 pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em regulamento.

169 A avaliação do desempenho dos estudantes de cada curso no ENADE também é
170 expressa por meio de conceitos, ordenados na escala de cinco níveis, tomando por base
171 padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento. O

172

173

174

175

176 Quadro 1 apresenta os conceitos dos cursos de graduação da FURB e os respectivos
177 resultados no ENADE.

178
179
180
181
182
183
184

Quadro 1: Conceito dos cursos de graduação da FURB

Cursos da FURB	Código INEP	ENADE					CPC	CC (Public.) CEE/SC
		Conceitos 1 à 5						
		2012	2013	2014	2015	2016		
Administração	3659	3			A		3	CC (Public.)
Artes - Música - Licenciatura	24605			3			3	3,20 (2011)
Artes - Teatro-Interpretação - Bacharelado	326849	NA			NA		3	3,05 (2012)
Artes - Artes Visuais - Licenciatura	36255			SC			SC	4,34 (2011)
Arquitetura e Urbanismo	3681			3			3	3,10 (2009)
Biomedicina	1172591		SC			A	-	4,15 (2016)
Ciências Biológicas - Licenciatura	3673			4			4	3,44 (2012)
Ciências Biológicas - Bacharelado	303673			SC			4	
Ciências Contábeis	3660	5			A		5	3,51 (2011)
Ciências Econômicas	3658	4			A		4	4,01 (2011)
Ciências Sociais - Licenciatura	3670			SC			SC	3,55 (2011)
Ciência da Computação	3676			3			3	4,02 (2009)
Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	23123	4			A		4	4,00 (2012)
Direito	3663	4			A		4	3,87 (2009)
Design	64650	3			A		3	
Educação Física - Bacharelado	303662		3			A	2	3,70 (2009)
Educação Física - Licenciatura	3662			3			3	2016
Enfermagem	64642		3			A	3	4,25 (2011)
Engenharia Civil	3668			3			3	3,73 (2009)
Engenharia de Alimentos	1206892			SC				-
Engenharia de Produção	21615			2			3	3,46 (2013)
Engenharia de Telecomunicações	20228			3			3	3,34 (2010)
Engenharia Elétrica	3678			3			3	3,68 (2010)
Engenharia Florestal	3684			3			3	4,46 (2010)
Engenharia Mecânica	1267290			SC			-	-
Engenharia Química	3669			3			3	-
Farmácia	20229		2			A	2	2016
Fisioterapia	3683		4			A	4	4,27 (2009)
História - Licenciatura	3671			4			4	
Jornalismo	1267282				SC		-	-
Letras - Alemão	1153676			SC			SC	4,03 (2012)
Letras - Português/Inglês	3665			4			4	4,56 (2011)
Letras - Português/Espanhol	24523			SC				

Matemática - Licenciatura	3675			4			4	4,81 (2011)
Medicina	3677		4			A	3	-
Medicina Veterinária	90053		4			A	3	3,84 (2010)
Moda ⁽³⁾	18017	3			SC		-	-
Nutrição	70777		3			A	4	
Psicologia	3685	4			A		4	4,46 (2010)
Pedagogia	3664			3			2	4,69 (2011)
Odontologia	19454		3			A	3	-
Química - Licenciatura	3674				SC		SC	3,50 (2010)
Química - Bacharelado	303674			2			2	
Secretariado Executivo Bilíngue	3679	5			A		5	4,11 (2011)
Serviço Social	3672		3			A	3	3,00 (2010)
Sistemas de Informação	54172			5			4	3,74 (2010)
Teatro - Licenciatura	1191340						-	-
Tecnologia em Marketing	118200	3			A		3	4,24 (2011)
Tecnologia em Comércio Exterior	1149888	NA			A		NA	4,35 (2012)
Turismo e Lazer	19452	3			A		3	-

185 Fonte: Divisão de Políticas Institucionais (DPE)/ PROEN

186 Legenda:

187 **Conceitos:** de 1 a 5 (sendo 5 o melhor conceito/desempenho)

188 **CPC:** Conceito Preliminar de Curso

189 **CC:** Conceito do Curso (avaliação in loco)

190 **Enade:** Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes

191

192 2.2 AVALIAÇÃO DISCENTE E DOCENTE

193 A avaliação educacional tem por finalidade acompanhar as atividades de ensinar e
194 aprender, assumindo função de diagnóstico, regulação e projeção dos processos curriculares.
195 No que diz respeito a esse caráter e a essa função da avaliação educacional, compreende-se
196 que as ações avaliativas no âmbito do ensino devem ser articuladas, focando as atividades
197 discente, docente e de implementação dos projetos pedagógicos dos cursos, para se poder,
198 além de consolidar uma cultura avaliativa comprometida com a busca permanente da
199 qualidade do processo ensino-aprendizagem, ter um *feedback* constante entre o que
200 planejamos, executamos e necessitamos reorganizar.

201 A metodologia adotada pela FURB para avaliação discente está explicitada no Projeto
202 Pedagógico de cada um dos seus cursos de graduação (PPC), bem como nos Planos de Ensino
203 apresentados pelos docentes em suas respectivas disciplinas. O processo avaliativo discente
204 está descrito com maior detalhamento no Eixo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), nas
205 Políticas para o Ensino. No que tange o processo de avaliação docente, o detalhamento do

206 processo encontra-se descrito no Eixo Políticas de Gestão, no capítulo Políticas de Gestão e
207 Desenvolvimento de Servidores Docentes e Técnico-administrativos.

208

209

210

211 2.3 PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DO PDI

212 O SINAES estabeleceu a necessidade de introduzir, como parte integrante do processo
213 avaliativo das IES, o seu planejamento estratégico, sintetizado no que se convencionou
214 denominar de Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O PDI é um documento que faz
215 parte do processo do credenciamento ou reconhecimento periódico de IES, ou autorização
216 de cursos superiores de graduação, tecnológicos ou sequenciais, ou credenciamento de
217 instituição para a oferta de Educação a Distância, ou autorização de cursos fora de sede para
218 as universidades. A lei ainda estabelece que as instituições deverão apresentar seus PDI a cada
219 5 (cinco) anos, tendo em vista o período de vigência estabelecido pela legislação vigente.

220 Nesse contexto, a FURB apresentou à Comissão Verificadora para Avaliação Externa
221 de Instituição de Educação Superior, em 2010, seu PDI referente ao período 2010-2015, cujo
222 documento foi aprovado *Ad Referendum* do Conselho Universitário, na condição de ser
223 submetido à apreciação na próxima sessão. Dessa forma, na sessão solene do Conselho
224 Universitário (CONSUNI) do dia 16 de junho de 2011, com vistas a atender as
225 recomendações da comissão de avaliação externa, deliberou a necessidade de iniciar um
226 processo de revisão e atualização do PDI 2010-2015, com amplo envolvimento e participação
227 da comunidade universitária.

228 Em julho de 2012, o CONSUNI aprovou as Diretrizes de Revisão e Acompanhamento
229 do PDI da FURB e aprovou a criação da Comissão Permanente de Revisão e
230 Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI) e seu regulamento (sua composição, coordenação,
231 competências e funcionamento), por meio da Resolução nº 30/2012. A revisão do PDI 2010-
232 2015 foi concluída em julho de 2014. O PDI da FURB que ora se apresentava se constituía
233 num processo em contínua construção e representava o início de um ciclo de desenvolvimento
234 e crescimento institucional baseado nos anseios da nossa comunidade universitária.

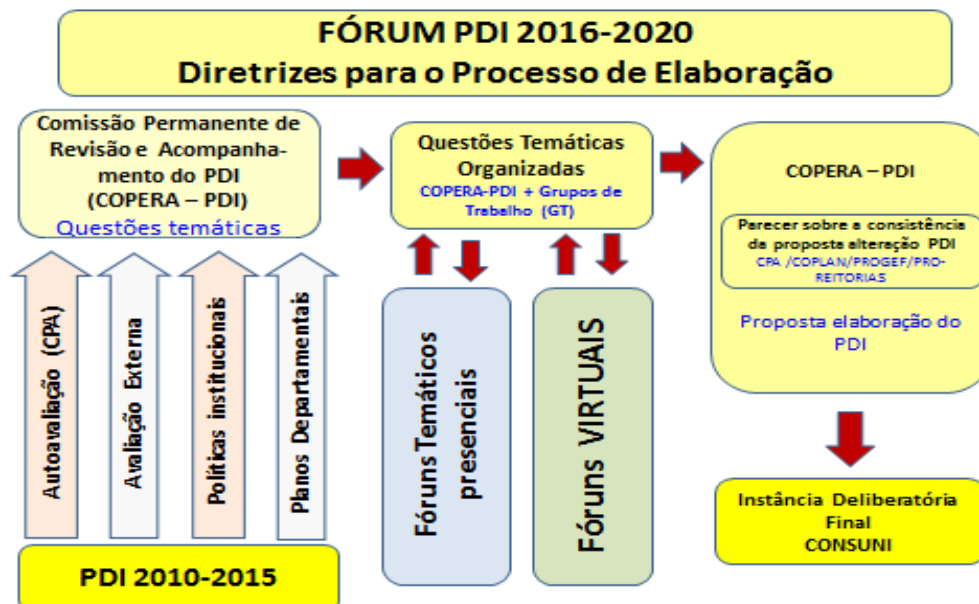
235 Em 2015, a Resolução nº 023/2015, de 27 de julho de 2015, alterou dispositivos da
236 Resolução nº 30/2012, especificamente no que tange à composição da COPERA-PDI,
237 passando a ser constituída de 06 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor
238 responsável pela avaliação institucional; 01 (um) membro representante do corpo docente,

239 indicado pelo Reitor; 01 (um) membro representante dos servidores técnico-administrativos,
240 indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo Diretório Central dos
241 Estudantes (DCE); 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um)
242 representante dos ex-alunos da FURB. O mandato de cada representante é de 05 (cinco) anos,
243 permitida a recondução.

244 Em 2016, o CONSUNI aprovou as diretrizes de elaboração, atualização e
245 acompanhamento do PDI 2016-2020 da FURB, cujo processo para realização dos fóruns está
246 expresso na Figura 1:

247

248 **Figura 1: Proposta de processo para realização do Fórum PDI 2016-2020**



249

250

251 Cientes de que “o planejamento organizacional é orientado por objetivos e pela
252 avaliação do processo de planejamento e seus resultados, guiados por critérios”, conforme
253 ressalta Souto-Maior (2012, p. 97), a utilização dos resultados obtidos nos processos de
254 avaliação, tanto internos quanto externos, para a revisão do PDI é uma estratégia de melhoria
255 contínua da Instituição. Ao PDI 2016-2020 foram acrescidas, ainda, as políticas institucionais
256 estabelecidas durante a vigência do PDI anterior, bem como as propostas advindas dos planos
257 departamentais, os quais foram elaborados e apresentados pelos departamentos em 2014 com
258 vigência até 2016. As metas estabelecidas no PDI somente serão alcançadas, se estiverem
259 alinhadas com as ações propostas no planejamento setorial e com o comprometimento do
260 corpo docente e técnico-administrativo.

261 O monitoramento crítico do PDI da FURB só se inicia com a apropriação das metas e
262 objetivos institucionais por sua comunidade universitária. Compete à COPERA-PDI organizar
263 questões temáticas, promover eventos presenciais e virtuais, com posterior homologação das
264 propostas no CONSUNI, instância democrática e representativa de deliberação.
265

Quadro 2 - Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao planejamento e avaliação institucional.

Objetivo I – Monitorar o cumprimento das metas do planejamento institucional e setorial						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
1) Possibilitar a apropriação do PDI pela comunidade interna.	1) Publicar o PDI 2016-2020 no site da FURB;	PDI publicado	COPERA-PDI			
	2) apresentar o PDI aos servidores em suas unidades de trabalho e na formação institucional;	Nº de servidores envolvidos.	COPERA-PDI			
	3) apresentar o PDI para os discentes na disciplina <i>Universidade, Ciência e Pesquisa</i> .	Nº de estudantes envolvidos	COPERA-PDI/ PROEN			
	4) Divulgar o PDI para os representantes externos dos conselhos da Universidade.					
2) Monitorar e avaliar o alcance das metas estabelecidas no PDI, anualmente.	1) avaliar anualmente o alcance das metas estabelecidas no PDI;	Balanco Crítico do PDI Balanco Crítico da CPA	COPERA-PDI			
	2) relatar, no CONSUNI, o alcance das metas, com avaliação e recomendações da COPERA-PDI;	Relatório anual CONSUNI	COPERA-PDI			
	3) dar publicidade aos resultados alcançados.	Resultados publicados no site e redes sociais	COPERA-PDI			
3) Promover, anualmente, a elaboração de um Plano de Desenvolvimento dos Cursos (PDC) e das Unidades Universitárias (PDU).	1) Institucionalizar um Plano de Desenvolvimento dos Cursos (PDC).	PDC aprovados no CEPE	Colegiados dos cursos/ NDE			
	2) avaliar anualmente o alcance das metas estabelecidas nos PDC.	Relatório anual ao CEPE				
	3) Institucionalizar um Plano de Desenvolvimento das Unidades Universitárias (PDU).	PDC aprovados no CEPE	Colegiados das Unidades Universitárias			
	4) avaliar anualmente o alcance das metas estabelecidas nos PDU.	Relatório anual ao CEPE				
Objetivo II – Consolidar os processos de avaliação institucional (externos e internos)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Recursos
				Início	Fim	
4) Institucionalizar o Instrumento de Autoavaliação da CPA.	1) Aprovar, no CONSUNI, a proposta de Instrumento de Autoavaliação Institucional	Instrumento de Autoavaliação aprovado	CPA	2016	2017	

		no CONSUNI.				
5) Ampliar o conhecimento sobre o processo de autoavaliação institucional para 100% dos servidores da FURB.	1) Qualificar a página da CPA no site da FURB;	Página atualizada.	CPA	2016	2017	
	2) realizar reuniões com os setores da FURB divulgando o trabalho da CPA.	Reuniões realizadas. Servidores envolvidos.	CPA	2017	2017	
6) Melhorar a eficácia de aplicação do instrumento de avaliação de ensino pelo discente.	1) Comprometer os coordenadores de curso pelo % de respostas dos discentes;	% de respostas dos discentes	Colegiados dos cursos			
	2) utilizar os resultados da avaliação do ensino no planejamento dos cursos e no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas;	Resultados discutidos	PROEN			
	3) Analisar com os gestores os resultados do processo de avaliação do ensino;		PROEN			
	4) dar publicidade aos resultados alcançados, especialmente aos discentes.		PROEN			
7) Consolidar as ações para o ENADE	1) Definir ações (pré e pós) de aproximação da FURB com estudantes e docentes envolvidos no ENADE.	Ações planejadas	Coordenações de colegiados de cursos/ NDEs/ PROEN	2016	2020	
	2) Mensurar a participação dos discentes nas ações pré-ENADE.			2016	2020	
	3) divulgar ciclo anual do ENADE.	Ciclo divulgado	PROEN			
8) Instituir um setor de avaliação institucional.	1) Instituir um setor de avaliação institucional.	Setor de avaliação institucionalizado	REITORIA	2017	2017	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI